
Apontamentos sobre a Territorialidade e o Modo de Vida Camponês no Capitalismo

Notes on Territoriality and the Peasant Way of Life in Capitalism

Apuntes sobre Territorialidad y Forma de Vida Campesina en el Capitalismo

João Vitor Dorigo¹

 <https://orcid.org/0000-0001-8182-6469>

Sergio Aparecido Nabarro²

 <https://orcid.org/0000-0003-2179-0710>

RESUMO: O propósito deste artigo é discutir o modo de vida camponês por meio da análise das suas práticas sociais e dos valores que delinearão o fazer-se da vida desta classe social. Para isso, realizou-se um debate sobre o tema a partir do levantamento dos principais apontamentos teóricos sobre esse importante modo de vida tradicional. Importante não só para os próprios camponeses ou para aqueles que os estuda, mas a toda sociedade, pois a recriação contraditória da classe camponesa pela dinâmica do capitalismo interfere diretamente na maneira como os integrantes dessa reproduzem sua vida, suas práticas e seus valores. Além disso, a territorialidade camponesa, pautada na terra, na família e no trabalho é, ao mesmo tempo, a marca e a diferenciação do modo de vida dessa classe em relação aos demais existentes no interior do modo de produção hegemônico.

PALAVRAS-CHAVES: Campesinato; Modo de vida; Terra; Família; Trabalho.

ABSTRACT: *The purpose of this article is to discuss the peasant way of life through the analysis of their social practices and the values that outlined the way of life of this social class. For this, a debate was held on the subject based on the survey of the main theoretical notes about this important traditional way of life. Important not only for the peasants themselves or for those who study them, but for society as a whole, since the contradictory recreation of the peasant class by the dynamics of capitalism directly interferes with the way in which its members reproduce their lives, their practices and their values. In addition, peasant territoriality, based on land, family and work, is, at the same time, the mark and differentiation of the way of life of this class in relation to the others existing within the hegemonic mode of production.*

KEYWORDS: *Peasantry; Way of life; Land; Family; Work.*

¹ Mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Estadual de Londrina (UEL - 2023). E-mail: jhonny1905@hotmail.com.

² Professor de Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: sergionabarro@uel.br.

RESUMEN: *El propósito de este artículo es discutir el modo de vida campesino a través del análisis de sus prácticas sociales y los valores que delinearon el modo de vida de esta clase social. Para ello, se realizó un debate sobre el tema a partir del relevamiento de los principales apuntes teóricos sobre este importante modo de vida tradicional. Importante no sólo para los propios campesinos o para quienes los estudian, sino para la sociedad en su conjunto, ya que la recreación contradictoria de la clase campesina por la dinámica del capitalismo interfiere directamente en la forma en que sus miembros reproducen sus vidas, sus prácticas y sus valores. Además, la territorialidad campesina, basada en la tierra, en la familia y en el trabajo, es, al mismo tiempo, la marca y la diferenciación del modo de vida de esta clase en relación a los demás existentes dentro del modo de producción hegemónico.*

PALABRAS-CLAVE: *Campesinado; Modo de vida; Tierra; Familia; Trabajo.*

INTRODUÇÃO

Compreender o papel dos camponeses e a sua inserção na sociedade atual é fundamental para entender a dinâmica, as conflitualidades e as contradições existentes no espaço agrário. É importante ressaltar que ao utilizar o termo de marcação temporal “atual” não se está desprezando os processos e as condições históricas, sociais e econômicas de décadas ou de séculos passados. Destarte, defende-se o entendimento de que o crescimento dos conflitos no espaço agrário hoje em dia é fruto de processos que conformaram os arranjos espaciais e as relações sociais existentes no campo do século XXI. E, nesse emaranhado de relações e contradições, a análise da participação camponesa, por meio do estudo do seu modo de vida, é de suma importância.

Antes mesmo de desenvolver os debates sobre o modo de vida camponês, é importante destacar que se parte do pressuposto de que o campesinato é uma classe social e estudá-lo a partir do seu modo de vida não é negá-lo enquanto tal.

Quando se utiliza o conceito de classe social, remete-se à análise sociológica. Entre os pensadores mais importantes estão Karl Marx e Friedrich Engels, ao defenderem que uma classe social só poderia ser compreendida a partir da sua inserção na dinâmica do modo de produção vigente, onde grupos diferentes, com interesses distintos, estão em conflito: a luta de classe. Karl Marx não elaborou uma compreensão fechada, apenas concreta ou somente abstrata do conceito classe social, mas contribuiu substancialmente para entender que uma classe social é fruto da divisão territorial do trabalho e das relações de produção dentro da sociedade. Portanto, ao estudar o modo de vida da classe camponesa, seu trabalho, sua relação com a terra, suas práticas sociais, pode-se compreendê-la como uma expressão das contradições do capitalismo.

Em uma perspectiva histórica, Huberman (1986) deixou bastante claro que o campesinato existe, e resiste, há séculos no interior do capitalismo. Mas, antes disso, ainda

na Idade Média, entre os séculos V a XV, no modo de produção feudal, os camponeses viviam sob os olhares e as imposições dos senhores feudais e da Igreja, vivendo propriamente dentro dos terrenos dos senhores, trabalhando para eles, pagando impostos, fornecendo alimentos às demais classes (clero e nobreza) e cultivando alguns produtos para consumo próprio. Nesse momento histórico, não havia uma definição conceitual para o sujeito social camponês, entretanto, eles já eram um dos alicerces da organização social vigente.

Nenhuma descrição geral do sistema feudal pode ser considerada exatamente precisa porque as condições à época variavam muito, de localidade para localidade. Porém, existem alguns consensos sobre pontos fundamentais, entre eles, que os camponeses eram dependentes dos senhores feudais, existindo para servi-los.

O que está claro é que os camponeses estavam inseridos na organização social feudal de maneira submissa, habitavam, trabalhavam e produziam nas terras do senhor feudal ou da Igreja. Seu fazer-se da vida era delineado em grande medida pela vontade e pelo controle das outras classes.

Com a crise da organização social feudal, entre os séculos XII e XV, já na transição para o sistema de produção capitalista, muitos camponeses conseguiram acesso à terra onde o arrendamento era mais fácil e barato, ou seja, condições um pouco melhores de vida, mas ainda subordinados. O ressurgimento dos centros comerciais urbanos proporcionou um relativo rompimento com as amarras feudais, mas as imposições da dinâmica do capitalismo foram impostas aos camponeses, entre elas a ampliação da relação com o mercado.

Bombardi (2003) salienta que a relação dos camponeses com o mercado é importante de ser analisada, sobretudo frente ao debate perpetrado por interpretações equivocadas da classe camponesa, como é o caso do conceito “agricultor familiar”, uma interpretação restritiva, de viés econômico, e que desconsidera aspectos históricos, culturais, políticos e morais. A pesquisadora recorda que o sujeito camponês sempre esteve, de alguma forma, atrelado ao mercado e afirma que “[...] sabemos que o campesinato, historicamente, sempre esteve atrelado ao mercado, a ideia do camponês isolado é uma distorção da realidade” (BOMBARDI, 2003, p. 111).

Na Baixa Idade Média, a única maneira do camponês conseguir dinheiro era se aproveitando do crescimento do comércio, convertendo seus produtos em dinheiro, ou seja, destinando-os à comercialização como destaca Huberman (1986, p. 45): “[...] o mercado crescera tanto que qualquer colheita superior às necessidades do camponês e do senhor poderia ser vendida. Em troca, o camponês podia obter dinheiro”.

Entende-se, portanto, que a classe camponesa sempre esteve submetida aos ditames do modo de produção hegemônico, adaptando seu modo de vida, criando ou recriando

práticas sociais para manter sua existência e suprir suas necessidades imediatas: alimentação, trabalho, espiritualidade etc.

Para dar conta de aprofundar todo esse debate, este texto basear-se-á na compreensão do que é esse modo de vida camponês, como ele se enquadra hoje no modo de produção capitalista, sua importância e suas relações.

DESENVOLVIMENTO

Para compreender o sujeito camponês, do ponto de vista da análise teórica, é importante iniciar esclarecendo a diferença conceitual entre as categorias agricultor familiar e camponês, que, equivocadamente, muitas vezes são compreendidas simplesmente com palavras sinônimas.

De acordo com Bombardi (2003), o termo agricultor familiar passa a ser mais utilizado nos estudos sobre o campo brasileiro no início dos anos 1990 e carrega consigo uma ancoragem em elementos econômicos, financeiros e comerciais. Mas é um equívoco diferenciar as categorias apenas citando que o agricultor familiar é um termo mais adequado às visões capitalistas da dinâmica agrária, pois o termo *camponês* também deve ser analisado em sua dimensão econômica tendo em vista que, de acordo com vários estudiosos do assunto, como José de Souza Martins, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Teodor Shanin, o mesmo está inserido no interior do modo de produção hegemônico, mesmo que de forma subordinada, e, muitas vezes, é reproduzido por ele (MARTINS, 2020).

O apontamento teórico que forneceu subsídios para a compreensão da permanência do sujeito social camponês no interior da dinâmica do capital veio de Luxemburgo (1985), no qual a autora, ao estudar o imperialismo, destacou que a expansão do capitalismo reproduz relações que não são tipicamente capitalistas, ou seja, o capitalismo necessita de relações não capitalistas para o seu desenvolvimento. Essa tese foi adotada por vários pesquisadores do campesinato brasileiro, como o sociólogo José de Souza Martins.

Minha hipótese é a de que o capitalismo, na sua expansão, não só redefina antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas, igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução (MARTINS, 2020, p. 36).

Mas, além da diferenciação pautada em elementos da análise econômica, há também a dimensão política. É comum entre os militantes de movimentos sociais de luta pela terra a utilização do termo camponês, não agricultor familiar. Isso ocorre porque a dimensão política

do termo camponês também remete à identidade cultural, espiritual e moral destes sujeitos sociais.

O conceito de agricultor familiar [...] tem tido um forte cunho político por trás, e foi especialmente disseminado por pesquisadores do NEAD (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural) durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Este núcleo é parte integrante do Ministério de Desenvolvimento Agrário e desenvolveu pesquisas no Brasil todo e, evidentemente, orientou as políticas públicas no tocante ao desenvolvimento agrário durante o mandato do presidente Fernando Henrique (BOMBARDI, 2003, p. 114).

Mas, quem seria esse sujeito camponês? Qual é o seu modo de vida? Paulino (2012) explica que, por algumas vezes, nem mesmo os próprios camponeses se reconhecem por esse termo, se identificando como lavradores, sitiantes, agricultores etc. De acordo com a autora, o termo camponês foi incorporado recentemente no Brasil, surgindo como uma expressão política do lugar comum desses sujeitos na estrutura de classes.

A palavra *camponês* surge em substituição a uma série de termos, muitos dos quais com sentido duplo e pejorativo, e que adentra nosso vocabulário exatamente pela projeção que alcançaram a organização e as lutas camponesas a partir do século XX. Não se trata de uma questão meramente vocabular, mas eminentemente política (PAULINO, 2012, p. 30 – grifo nosso)

Shanin (2005) e Martins (2020) também foram autores que trabalharam o conceito de camponês e concordaram sobre o contexto e significado político da expressão. O primeiro autor diz que ao se recordar sobre a palavra camponês, leva-se a conclusões de imediato interesse político e analítico. O segundo complementa afirmando que por trás do conceito existem alguns aspectos que não podem ser omitidos, como a subalternização da classe camponesa à dinâmica do capital.

Analisando o cotidiano desses sujeitos sociais, pode-se afirmar que a tradicionalidade é um elemento fundamental. O modo de vida do camponês é um modo de vida tradicional, ou seja, possui práticas sociais profundamente ancoradas em sua luta pela sobrevivência há gerações. É claro que as dinâmicas e a sociedade da Idade Média muito se diferenciam das da atualidade, mas as diversas tradições orais, costumes e a subalternidade dos camponeses ainda são marcas que perduram.

Sobre a questão dos estudos sobre o conceito de modo de vida dentro da ciência geográfica, Nabarro (2014) relata que o mesmo é produto de um movimento de renovação do pensamento científico do final do século XIX. Esse movimento, delineado a partir da crise do naturalismo e do cientificismo positivista, dando espaço a outras correntes filosóficas,

como o historicismo, contribuiu para aprofundar o debate sobre os diferentes processos de desenvolvimento de grupos sociais.

Foi no bojo das profundas transformações do final do século XIX que alguns grandes pensadores da Geografia, com destaque para o francês Paul Vidal de La Blache (1845-1918), iniciaram as discussões de uma Geografia Regional, na qual o modo de vida dos diferentes grupos sociais ganhou protagonismo. Isso porque a Geografia Regional, na perspectiva lablacheana, se encarregava dos estudos sobre a diferenciação de áreas, mostrando-se importante para tentar sanar as questões teórico-metodológicas que estavam colocadas.

Na proposta lablacheana, a noção de modo de vida não fica restrita apenas às relações sociais simples. Para ele, as ações humanas sobre a natureza, são expressões da maneira como o homem enxerga o meio e a si próprio. Representa a forma com que o homem, ou determinado grupo social, interage com o meio. Por conseguinte, o modo de vida não se constitui como algo imutável. É dinâmico, inclusive podendo estar contido dentro de outros modos de vida (NABARRO, 2014, p. 39).

Nota-se, portanto, a partir da proposta de La Blache, a formulação inicial do conceito modo de vida na Geografia moderna. “Foi, por conseguinte, no contexto do desenvolvimento de estudos regionais que o modo de vida, enquanto uma categoria, foi formulado no pensamento geográfico moderno” (NABARRO, 2014, p. 37). Marques (2004) corrobora com essa afirmação ao afirmar que a utilização da noção de *modo de vida* no meio geográfico não é um fato novo, e também pode ser denominado e encontrado em trabalhos acerca dessa temática como estilo de vida, gênero de vida ou modo de existência. Para ela, o conceito é entendido dentro dos estudos geográficos como “[...] a forma como um determinado grupo social ou comunidade manifestam a sua cultura” (MARQUES, 2004, p. 153).

É até crucial recordar o quanto a ciência geográfica do final do século XX e início do XXI tem negligenciado o conceito de modo de vida, legando a outras áreas do conhecimento essa importante temática. Entretanto, não se trata de defender que seja um tema exclusivo da Geografia, mas um assunto no qual essa ciência ainda tem muito a contribuir. A defesa, aqui, é pelo diálogo entre áreas das ciências humanas, como muito bem defende Suzuki (2007, p. 13).

Vale, ainda, mencionar, por um lado, o quanto o diálogo com estas outras áreas do conhecimento tem contribuído para avançar na utilização de categorias de análise esquecidas pela Geografia, como a de modo de vida, mas incorporar outras, como a de *habitus*, *ethos*, marcadamente vindas da Antropologia Rural, por mais que oriundas da Sociologia.

É importante discutir também os elementos que compõem os alicerces do modo de vida camponês: terra, família e trabalho. Não há como pensar o fazer-se da vida do campesinato sem um destes três pilares. Os laços/relações familiares, dedicação ao trabalho e o apreço pela terra são o centro da vida camponesa. Por conseguinte, “[...] entende-se modo de vida camponês como um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral” (MARQUES, 2004, p. 148).

As práticas sociais camponesas são baseadas em laços de solidariedade, comunidade e parentesco. Mesmo inserido na dinâmica do capitalismo, o campesinato preza pelas relações mais próximas e imediatas, pois são elas que garantem a sua existência, inclusive dentro do modo de produção hegemônico. Práticas como mutirão, ajuda mútua, troca de comida etc. são mais que elementos morais e costumeiros. Representam importantes estratégias para a existência camponesa na terra.

Estudar o modo de vida camponês na contemporaneidade exige voltar os olhares também para as relações de distanciamento/estranhamento e aproximação/subordinação que há entre a classe social camponesa e o capitalismo, como muito bem analisou Suzuki (2013, p. 630-631).

Distanciamento porque não possuem modos de vida iguais aos da sociedade urbano-industrial, já que vivem densamente a relação com a natureza, cujo tempo cíclico marca, em grande medida, a reprodução material e imaterial dos grupos; aproximação porque o mundo da sociedade urbano-industrial se mantém como uma mediação significativa na vida dos moradores dos territórios tradicionais, pois influencia, cada vez mais, a maneira como os sujeitos se veem no mundo e veem o mundo, bem como se realizam como sujeitos, o que incorpora a definição de projetos, sonhos, anseios e receios.

Claro está, portanto, que existem aproximações entre o estilo de vida camponês e o modo de vida urbano-industrial. Já se abordou aqui a relação do sujeito camponês com o mercado. Mas outros elementos também promovem essa aproximação, como as relações dos camponeses com a educação formal, com a mídia, com o lazer e com a indústria. Portanto, corroboramos com Marques (2004), quando a autora defende que o modo de vida camponês possui uma configuração bastante dinâmica e só pode ser entendido a partir da sua inserção no mundo da mercadoria e no bojo da expansão das relações capitalistas no espaço agrário.

Nessa direção, Martins (1981) esclarece que seria improvável que algum pesquisador, nos dias atuais, ao estudar ou escrever sobre a questão agrária não atribua os seus desdobramentos à expansão do capitalismo. Entretanto, essa relação dos acontecimentos no campo com a penetração do capitalismo precisa ser feita com cuidado e atenção, a fim de não simplificar a problemática. Nas palavras do autor:

Quando dizemos que as grandes transformações que ocorrem no mundo rural são devidas à expansão do capitalismo, não estamos mentindo ou falseando a verdade. Entretanto, estaremos simplificando demais a questão se nos limitarmos a ver meras relações de causa e efeito entre o capital e os problemas que vão surgindo. Desde logo, convém dizer que o capitalismo está em expansão tanto no campo quanto na cidade, pois essa é a sua lei: a lei da reprodução crescente, ampliada. A tendência do capital é a de tomar conta progressivamente de todos os ramos e setores da produção, no campo e na cidade, na agricultura e na indústria. O que as pessoas querem dizer exatamente quando falam em expansão do capitalismo no campo? Provavelmente, querem dizer tudo. Mas frequentemente, quem quer dizer tudo, corre o risco de não dizer nada (MARTINS, 1981, p.152).

Aqui, neste artigo, o foco analítico não é detalhar as diferentes formas e relação da expansão do capitalismo na agropecuária, mas é importante salientar que os desdobramentos deste processo também delineiam o modo de vida camponês.

Segundo Marques (2004), para se compreender a reprodução do modo de vida camponês na sociedade atual é preciso analisar suas formas de territorialização bem como sua inserção no capitalismo.

Uma das principais faces do capitalismo no espaço agrário é caracterizada pelo incentivo à maximização da produção e da produtividade, do latifúndio e da monocultura, visando sempre o maior lucro e os maiores preços em grandes mercados. Assim, a terra é vista como objeto, como mercadoria. Neste contexto,

A terra valoriza-se como mercadoria e como meio de garantir o acesso aos incentivos governamentais e as cercas avançam, delimitando as grandes propriedades. O espaço da acumulação do capital contrapõe-se ao espaço do camponês (MARQUES, 2004, p. 146).

Em meio a essa ofensiva do capital, a existência camponesa vai criando espaços ao mesmo tempo de resistência e subordinação ao capital. Percebe-se claramente que há uma separação entre o espaço do latifúndio e o espaço camponês. Entretanto, essa separação é contraditória porque, na maior parte das vezes, é este camponês resistindo entre as cercas dos latifúndios quem produz os alimentos consumidos dentro das grandes propriedades rurais e nas cidades próximas. Assim a expansão do capital, ao mesmo tempo em que sufoca o território camponês, estabelece com ele uma relação de relativa dependência imediata.

Diante do cenário apresentado, Paulino (2012) afirma que a principal característica do campo é a sua heterogeneidade, existindo dois tipos de propriedade privada de terra, a capitalista e a camponesa. A capitalista consiste em um objeto de negócio, de extração de

mais valia; já a camponesa se resume como um local de trabalho familiar, sem a acumulação de capital, mas extremamente importante para a alimentação da população.

Outro elemento fundamental para discutir a dinâmica do espaço agrário no bojo da expansão capitalista no campo são as políticas públicas, em sua maioria, voltadas ao fortalecimento do agronegócio, do capital no campo. O avanço das políticas neoliberais de (des)envolvimento intensificaram problemas ambientais e sociais já conhecidos no Brasil. Os desmatamentos, as queimadas, a crescente concentração fundiária e o aumento da fome são exemplos disso. A população mais afetada por esse crescente do agronegócio foi justamente a dos povos indígenas e das populações camponesas.

Essas dificuldades que a expansão do agronegócio impõe aos camponeses fazem com que os mesmos diversifiquem as suas atividades, adaptem seu modo de vida e até mesmo pensem em se mudar para a cidade.

Essa possibilidade de os camponeses abandonarem a terra e migrarem para centros urbanos cria diversas conflitualidades entre o modo de vida camponês e o modo de vida urbano-industrial. A primeira delas são os valores e moralidade camponesa que, ao longo do tempo vão ora se adaptando, ora se confrontando com a vida urbana. Inconscientemente, com o passar do tempo, práticas sociais camponesas vão se transformando, adaptando-se à vida urbana, mas não são apagadas.

E é com a expansão da lógica capitalista na região, que afeta a forma de organização da produção e as relações sociais tradicionais, com a diminuição do espaço camponês até chegar ao extremo da expulsão desses trabalhadores para a cidade, e as dificuldades por eles enfrentadas em decorrência dessas mudanças, que se tornam mais conscientes as categorias que organizam a ética camponesa, e a campesinidade se apresenta como um projeto de vida, em oposição à situação em que eles se encontram (MARQUES, 2004, p.149).

O segundo ponto é o despertar para a realidade da precarização da vida e do trabalho na cidade, onde a vida no campo volta a ser cogitada e, muitas vezes, idealizada. No espaço urbano há também o despertar político tendo em vista que o camponês descobre as greves e os movimentos sociais.

A luta pela terra e a luta na terra são características históricas do campesinato e estão diretamente relacionadas à conformação do seu modo de vida. E essa realidade não se inicia na contemporaneidade, nem no Brasil, nem em outros lugares do mundo. Por exemplo, na Idade Média, como analisado anteriormente, ficou evidente que os camponeses estavam subordinados às demais classes sociais da organização feudal, não tendo acesso à propriedade da terra. Muitas revoltas camponesas ocorreram. E, na Europa, como apontou Huberman (1986), estas insurreições foram fundamentais para a transição do modo de produção feudal para o capitalista.

No contexto brasileiro, território colonizado já a partir da lógica capitalista dos séculos XV e XVI, é bom recordar que o processo de formação e ocupação do espaço foi essencialmente excludente no que tange ao acesso à terra. As capitânicas hereditárias, enormes porções de terra que dividiam o território brasileiro à época, foram instituídas pela metrópole portuguesa baseada na monocultura, ignorando completamente os povos originários e a classe camponesa que se formava entre os latifúndios.

[...] à margem das grandes unidades, em algumas áreas ainda não apropriadas por elas ou mesmo em terras abandonadas (ou por não serem próprias aos cultivos, ou por já estarem degradadas), constituíram-se, ao longo do tempo, pequenas unidades produtivas, instáveis, uma vez que estavam sob a permanente pressão do crescimento e do avanço territorial das grandes propriedades (MEDEIROS, 2003, p. 10).

Segundo Medeiros (2003), foi ainda no século XVI que a classe camponesa se forma no Brasil, lutando e resistindo à expansão da grande propriedade, assim como também faziam os povos indígenas, ou seja, já surge lutando por terra e território porque o campesinato brasileiro já nasce expropriado.

Antes de 1850, quando o acesso à terra se dava por concessão, famílias de posseiros ainda tiveram a chance de ocupar pequenas áreas em virtude de sua importância no abastecimento alimentar daqueles que moraram nos latifúndios. Entretanto, a partir da promulgação da Lei de Terras de 1850, essas condições se tornaram ainda mais complicadas. O primeiro artigo na lei transformou a terra em mercadoria, ao impor que a partir daquele momento, o acesso à terra no Brasil apenas se daria por meio de compra. Esse dispositivo simplesmente foi a legitimação do Estado brasileiro da terra enquanto instrumento de poder e exclusão.

Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Exceptuam-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de 10 leguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente (BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850).

Como poucos tinham em mãos o dinheiro para realizar a compra, maximizou-se a concentração fundiária. As grandes porções de terra concedidas no período colonial à pessoas abastadas e influentes foram convertidas de concessão para propriedade, enquanto que as pequenas posses foram convertidas em terras devolutas ou incorporadas aos latifúndios que as circundavam.

Martins (2020), na obra *O Cativo da Terra* explica esta questão ao afirmar que enquanto predominou o cativo humano – ou seja, o período escravocrata, no qual o ser humano negro era uma mercadoria – a terra era uma concessão, e, embora o acesso a ela

fosse privilégio de poucos, não era mercadoria. Entretanto, a partir das pressões internacionais para a abolição do regime de escravidão, o cativo humano deu lugar ao cativo da terra, no qual a terra enquanto mercadoria tem seu acesso restrito à relação de compra e venda. Nas palavras do autor:

Diante do esgotamento do escravismo e da inevitabilidade do trabalho livre, o Brasil decidiu, em 1850, pela cessação do tráfico negreiro, desse modo abreviando e condenando a escravidão. Optou pela imigração estrangeira, de trabalhadores livres. País continental, com abundância de terras incultas e um regime fundiário de livre ocupação do solo, condenou-se, nesse ato, ao fim do latifúndio, e, conseqüentemente, da economia escravista que sobre ele florescera, da sociedade aristocrática que dele se nutria. Duas semanas depois, porém, o Brasil aprovou a Lei de Terras que instituía um novo regime de propriedade em que a condição de proprietário não dependia apenas da condição de homem livre, mas também de pecúlio para a compra da terra, ainda que ao próprio Estado. O país selecionaria a dedo, por meio de seus agentes na Europa, o imigrante pobre, desprovido de meios, que chegasse ao Brasil sem outra alternativa senão a de trabalhar em latifúndio alheio para um dia, eventualmente, tornar-se senhor de sua própria terra. O país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha de ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha de ser escrava. O cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje (MARTINS, 2020, p. 9-10).

O trabalhador “ganhou” uma falsa liberdade, pois o acesso à terra foi restringido, só podendo tirar renda e se aproveitar dela aqueles que tinham poder e dinheiro. Por outro lado, essa realidade intensificou os conflitos agrários no Brasil. E no século XX isso ficou bastante claro, em virtude do surgimento de vários movimentos, como as Ligas Camponesas.

Nota-se que o campesinato brasileiro sempre esteve ligado de alguma forma à luta pela terra e na terra. Com o passar dos anos, uma parte dos camponeses foi se organizando, social e politicamente, ganhando cada vez mais espaço no contexto das lutas sociais brasileiras, e a reforma agrária popular ganha espaço nas discussões a partir da metade do século XX.

A reforma agrária popular defendida pelos movimentos camponeses deveria ser uma luta de toda sociedade. É uma política pública cujo objetivo principal é democratizar o acesso à terra, incentivar a produção e o consumo de alimentos saudáveis, conservar o meio ambiente e diminuir a desigualdade. Mas diversos obstáculos políticos e econômicos são colocados para a concretização de uma política de reforma agrária porque a mesma interfere nos interesses dos detentores da terra e do capital. A luta pela terra, portanto, envolve interesses e territorialidades históricas no contexto brasileiro, conforme explica Marques (2004, p. 151): “A luta pela terra hoje existente no país representa, na maioria dos

casos, mais um capítulo da história do campesinato brasileiro, movido pelo conflito entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa”.

A partir do debate sobre a questão agrária brasileira apresentado até aqui, e retomando à análise específica do modo de vida camponês enquanto categoria analítica, fica bastante evidente que estudar o fazer-se da vida da classe camponesa exige recuperar sua historicidade, suas contradições com a sociedade capitalista e suas práticas sociais específicas, ou seja, entende-lo sob a ótica da sua inserção, subalternizada, na sociedade mais ampla, como defende Marques (2004, p. 151).

[...] entende-se o modo de vida camponês como uma configuração bastante dinâmica e que só pode ser compreendida a partir de sua inserção na sociedade mais ampla, o que hoje inclui até mesmo relações sociais estabelecidas em nível extranacional e global.

Paulino (2012) explica que a lógica do capital na propriedade privada é pautada pela fórmula D-M-D' (dinheiro – mercadoria – dinheiro ampliado), na qual o objetivo é a extração de mais valia: o dinheiro investido gera mercadorias por meio do trabalho, que vendidas, geram lucro. O processo de reprodução dos camponeses é diferente, a fórmula é M-D-M (mercadoria – dinheiro – mercadoria), ou seja, o produto do trabalho do camponês é comercializado, convertendo-se em dinheiro. A quantia em dinheiro é utilizada para comprar aqueles produtos que não são produzidos pelo camponês. Assim, mesmo tendo a possibilidade de alguma acumulação, a centralidade da vida camponesa está no suprimento das necessidades imediatas da família e na continuidade da sua vida e do seu trabalho na terra.

Para o camponês, o trabalho se realiza de forma independente e o que ele vende ao capital é o fruto de seu trabalho transformado em mercadoria. Assim, o trabalho não aparece como coisa em si, separado do fruto que ele resulta. Por seu trabalho ser independente, sua vida está apenas periféricamente vinculada às tramas do mercado (MARQUES, 2004, p.152).

Em suma, o campesinato é uma classe social na qual seu sistema de produção é pautado por relações não capitalistas de produção, mas é recriada e subalternizada pela lógica do capitalismo porque esse necessita dos camponeses, sobretudo para a produção e alimentos e para a extração da renda da terra gerada pelo trabalho camponês (MARTINS, 1981).

Essa realidade ajuda a esclarecer, também, os apontamentos que tradicionalmente os pensadores marxistas criaram para tentar explicar o desaparecimento total dos camponeses no capitalismo (o que não se confirmou) ou a permanência de parte da classe camponesa, reproduzida no bojo da lógica do sistema (o que se confirmou).

A primeira corrente tem como principais referências Karl Kautsky e Vladimir Lênin. Consistia no pressuposto de que o campesinato não sobreviveria à expansão do capitalismo no campo e acabaria sendo extinto. Os camponeses seriam um resquício do feudalismo, estando facilmente sujeitos às transformações do novo sistema de produção, chegando a um momento do desaparecimento.

A segunda corrente de pensamento era formada por uma via marxista que considerava a possibilidade do campesinato se recriar e continuar existindo e se reproduzindo dentro do sistema capitalista de produção. Esse raciocínio está ancorado nos estudos de Rosa Luxemburgo sobre o imperialismo, a partir do qual a intelectual e militante marxista polonesa aponta para a necessidade do capital de recriar relações não tipicamente capitalistas no bojo do seu processo de reprodução. Além disso, outros estudiosos do campesinato no contexto russo, como Alexander Chayanov e Teodor Shanin conseguiram provar em seus estudos a viabilidade da permanência dos camponeses subordinada aos ditames do capitalismo.

No contexto brasileiro, o sociólogo José de Souza Martins e o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, a partir dos apontamentos teóricos de Rosa Luxemburgo, conseguiram comprovar a permanência camponesa (PAULINO e ALMEIDA, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises contidas neste artigo deixaram bastante evidente que o modo de vida camponês permanece, e é reproduzido, em meio a uma tensão constante. De um lado, os valores, a moralidade e as necessidades da vida camponesa. De outro, as imposições do capital e o seu processo de subtração da renda gerada pelo trabalho camponês na terra.

Há, portanto, um debate entre modernidade x tradicionalidade. O campesinato vem sofrendo variadas tentativas de ser modelado por essa modernidade, algumas vezes consciente e outras vezes inconscientemente. E, em meio a uma realidade econômica e social dominada pelas grandes corporações do agronegócio e pelos latifúndios, a classe camponesa resiste e nos ensina.

Pode-se, aqui, salientar, exemplificando com um caso na atualidade, sobre o embate do turismo rural com o modo de vida camponês. Sabe-se que a atividade turística tem sua essência na economia e no capitalismo, carregando consigo um caráter apropriador e modelador dos espaços por onde passa, e que quando começa a avançar para as áreas rurais encontra alguns possíveis conflitos, como a descaracterização do modo de vida camponês e a resistência de alguns camponeses para com o turismo rural, entre outros. Nesse sentido, algumas pessoas do campo que trabalham com turismo rural podem afirmar que são camponeses, mas na verdade não o são porque vivem outro modo de vida. Esse

fato revela uma aproximação indevida e uma tentativa de mercantilização do modo de vida camponês. Ou seja, nos dias de hoje, com a intensidade e potencialização do capitalismo, o modo de vida camponês ainda perdura e resiste, mas passa por grandes desafios e incompreensões.

A compreensão da territorialidade e do modo de vida camponês é muito importante, pois os mesmos podem ensinar uma variedade de coisas que quem não vive esse modo de vida não sabe. Observa-se em inúmeras situações que os camponeses podem dar uma flexibilidade de respostas em face aos desafios sociais, crises econômicas e questões culturais (SHANIN, 2008).

Os estudos sobre o modo de vida camponês na ciência geográfica ainda precisam ser mais aprofundados do ponto de vista teórico-metodológico. Do ponto de vista teórico, o diálogo com a Antropologia é fundamental. É preciso superar análises que restringem a compreensão da classe camponesa aos aspectos econômicos, desprezando as práticas sociais, o imaginário, a espiritualidade e a moralidade dos camponeses. Do ponto de vista metodológico, a História Oral é um importante caminho para estudar o campesinato, pois coloca a sua fala e as suas experiências como elementos centrais.

REFERÊNCIAS

BOMBARDI, Larissa. O Papel da Geografia Agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 7, n. 2, p. 107-117, 2003.

BRASIL, Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm#:~:text=L0601%2D1850&text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais. Acesso em: 17 nov. 2022.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Lugar do Modo de Vida Tradicional na Modernidade. In: OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). **O Campo no Século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 145-158.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Contexto, 2020.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1981.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. **Reforma Agrária no Brasil**: história e atualidade da luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

NABARRO, Sergio Aparecido. A. **O Campesinato no Capitalismo**: uma análise das contribuições, dos limites e da construção de um entendimento a partir do modo de vida. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo, 2014.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma Geografia dos Camponeses**. São Paulo: UNESP, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi.; FABRINI, João Edmilson (Orgs.) **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-48.

SHANIN, Teodor. A Definição de Camponês: conceituações e desconceituações, o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, ano 8, n. 7, jul./dez., p. 1-21, 2005.

SUZUKI, Júlio César. Território, modo de vida e patrimônio cultural em sociedades tradicionais brasileiras. **Espaço & Geografia**, vol. 16, nº 2, p. 627-640, 2013.

SUZUKI, Júlio César. Geografia Agrária: gênese e diversidade. In: MARAFON, Gláucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo (Orgs.). **Abordagens Teórico-metodológicas em Geografia Agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 17-39.

Recebido: janeiro de 2023.

Aceito: abril de 2023.